



# Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA

CNPJ nº 07.032.886/0001-02  
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA submete à apreciação de vossas senhorias as demonstrações financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das notas explicativas, deste Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes.

**I) A Empresa:** A LOGA é concessionária pública dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e dos serviços de saúde do setor noroeste da cidade de São Paulo, que engloba 13 subprefeituras. O contrato de concessão, firmado entre a Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA e a Prefeitura da Cidade de São Paulo, em 2011, cumpriu seu sétimo ano de existência. Trata-se de instrumento norteador da Limpeza Pública na cidade no que concerne aos serviços concessionados. Embora objeto de estudo exaustivo o reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, vencido em outubro de 2009, ainda não pode ser implantado o que, evidentemente, tem colocado dificuldades para que o projeto da concessão iniciado em 2004 possa avançar no ritmo necessário. Não obstante, a empresa, em parceria constante com a Secretaria Municipal de Serviços, representante do Poder Concedente, tem procurado de todas as formas, ir avançando e dotando a cidade de melhorias frequentes. Os investimentos, embora não no ritmo desejado, continuaram em 2011. Foram investidos mais de R\$ 33 milhões na compra de veículos, sistema de coleta mecanizada - de superfície e enterrada - e com a finalização da adequação e modernização do Transbordo de Ponte Pequena. A produtividade da companhia continua em ritmo crescente graças à dedicação do pessoal, utilização de equipamentos, mais modernos e atuais, e inovações em controle operacional, gestão e treinamento. Em 2011 as obras da Estação de Transbordo de Ponte Pequena, cujo investimento total é de R\$ 27 milhões e conta com apoio financeiro do BNDES, avançaram e

atingiram 98% do cronograma. O moderno complexo capaz de processar 5,5 mil toneladas/dia de resíduos representa grande melhoria na qualidade de vida na região do Bom Retiro. Foram implantados sistemas de filtragem de ar para redução de odores, controle da poluição sonora, além da remediação ambiental de toda a área. A região recebeu um investimento que se torna marco na reurbanização do centro da cidade, além de oferecer equipamento de relevância na logística de coleta de resíduos domiciliares. Todas as iniciativas foram possíveis pelo incansável trabalho dos 1.800 colaboradores da Sociedade.

**II) As Relações:** Para adequar a realidade das receitas desequilibradas aos custos e aos compromissos de investimento, o Contrato de Concessão tem como mecanismo a Revisão Quinquenal das Tarifas. A empresa apresentou tempestivamente, em 2009, os itens de desequilíbrio, mas o Poder Concedente ainda não finalizou o processo de reequilíbrio tarifário que deverá ocorrer, segundo o Poder Concedente, antes do término do primeiro semestre de 2012, com efeitos retroativos a 13 de Outubro de 2009. É fundamental que tal reequilíbrio seja feito para que a concessionária possa cumprir seus compromissos contratuais e realizar os investimentos que a cidade necessita.

**III) Os Problemas:** Dentre os grandes problemas verificamos que a falta de conscientização dos municípios tem levado ao crescimento desordenado dos resíduos assim como o seu descarte majoritariamente feito fora dos horários estabelecidos pela legislação. Grandes Geradores, que por Lei estão obrigados a servir-se de empresas especializadas, descartam seus resíduos junto aos resíduos domiciliares e que, além de ferir a legislação, causa problemas de vícios e desarranjos na logística do trabalho além de macular o visual da cidade.

**IV) Os Números:** Continuamos superando desafios e prestando serviços

de qualidade à maior cidade do país e uma das 5 maiores do mundo. Os números, a seguir, demonstram a grandiosidade de nossa operação: Coletamos, transportamos e destinamos 1.783.533 toneladas de resíduos, 21.043 toneladas a mais que em 2010, com média de crescimento superior a 15% ao ano desde 2005. Nas dimensões da cidade de São Paulo, somente esse crescimento equivale a coletar resíduos de uma nova cidade com 800 mil habitantes. Atendemos uma população de 6 milhões de pessoas além de uma população flutuante estimada em mais de 2 milhões de pessoas que trabalham, estudam, fazem negócios na região noroeste da cidade. Atendemos 882 bairros em 51 Distritos e, em 2011, nossos equipamentos percorreram mais de 9 milhões de quilômetros com um consumo de combustível acima dos 5,5 milhões de litros. Cerca de 1.500 novos pontos de coleta de resíduos dos serviços de saúde foram implantados em 2011 elevando em mais de 150% a quantidade de pontos existentes em 2004. Trabalhamos mais de 4,5 milhões de horas e recolhemos mais de 90 milhões em impostos, ônus da concessão, taxas e contribuições. É o cumprimento de nossa missão empresarial e social, gerando emprego, protegendo o meio ambiente e melhorando a qualidade de vida da população atendida. Trabalhamos para transformar São Paulo que amamos em um lugar melhor para se viver.

**Agradecimentos:** A Administração da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços, do transparente e bom atendimento à população de São Paulo e a ética com que marcam o desenvolvimento das atividades. São Paulo, 19 de abril de 2012.

## Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b> .....		83.868	91.501
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	36.921	42.436
Contas a receber de clientes e outros créditos.....		37.569	33.378
Impostos a recuperar.....		3.492	2.731
Estoque.....		3.660	2.292
Adiantamento a fornecedores.....		2.227	10.664
<b>Não Circulante</b> .....		95.876	108.863
Contas a receber de clientes e outros créditos.....	6	32.605	35.952
Ativo fiscal diferido.....	7	6.960	15.240
Depósitos judiciais.....		9.853	10.085
Imobilizado.....	8	46.026	47.346
Intangível.....		432	240
<b>Total do Ativo</b> .....		179.744	200.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2011	2010
<b>Receita Operacional Líquida</b> .....	16	277.562	261.301
Custo dos serviços prestados.....		(228.762)	(220.119)
<b>Lucro Bruto</b> .....		48.800	41.182
Despesas comerciais.....	17	(4.367)	(599)
Despesas gerais e administrativas.....	18	(8.834)	(8.397)
Outras receitas e despesas operacionais.....	19	922	975
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b> .....		36.521	33.160
Receitas e despesas financeiras.....	20	(1.347)	1.288
<b>Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro</b> .....		35.174	34.449
Corrente.....	7	(5.389)	(8.908)
Diferido.....	7	(8.296)	(3.971)
<b>Resultado Líquido</b> .....		21.489	21.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)					
Saldos em 31 de Dezembro de 2009.....	Capital social		Reservas (prejuízos) acumulados		Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	De retenção de lucros	
60.650	(40.727)	4.864	3.684	-	28.471
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	21.570	21.570
Destinação dos lucros:					
Reserva legal.....	-	-	1.079	(1.079)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	15.243	(20.491)	(5.248)
Dividendos distribuídos.....	-	-	(2.890)	(2.890)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b> .....	60.650	(40.727)	5.943	16.037	41.903
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	21.489	21.489
Destinação dos lucros:					
Reserva legal.....	-	-	1.074	(1.074)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	20.415	(20.415)	-
Dividendos distribuídos.....	-	-	(16.037)	(16.037)	-
Dividendos propostos.....	-	-	(5.104)	(5.104)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b> .....	60.650	(40.727)	7.018	15.311	42.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		21.489	21.570
Lucro do exercício.....		21.489	21.570
Ajustes para:			
Depreciação e amortização.....	8	11.643	7.555
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos.....		4.972	2.366
Provisão para obrigações contratuais futuras.....	15	(25.218)	(10.697)
Provisão para contingências.....	14	190	(360)
Baixa de bens do ativo imobilizado.....	8	288	235
Provisão conscientização população.....		307	290
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos.....	12	8.295	3.971
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber.....		661	2.032
Ativo financeiro.....		(14.968)	(12.395)
Partes relacionadas.....		13.276	(12.735)
Impostos a recuperar.....		(761)	(468)
Estoque.....		(1.368)	(757)
Outros créditos e adiantamento a fornecedores.....		8.625	(9.756)
Depósitos judiciais.....		232	(247)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores.....		(22.110)	31.341
Salários, provisão de caixa e encargos sociais.....		454	1.246
Impostos, taxas e contribuições.....		(935)	(77)
Imposto de renda e contribuição social.....		-	(302)
Partes relacionadas.....		(2.066)	508
Pagamento de contingências/depositos judiciais vinculados.....	14	(77)	(40)
Outras provisões e obrigações contratuais.....		(75)	(276)
<b>Fluxo de Caixa Líquido Decorrente das Atividades Operacionais</b> .....		2.854	23.859

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional:** A Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga, situada à Praça Alberto Lion, 366, Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denordeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004. A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR, detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., com participação de 37,653%. A Vega Valorização de Resíduos S.A. - VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu ativo líquido, viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos para a VVR, Companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011. Igualmente a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. é acionista da Companhia desde 03 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência da Companhia foi devidamente autorizada pelo Secretário Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011. **Contrato de Concessão:** Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. Conforme previsto no contrato, a Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em outubro de 2011, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 6,81%. O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária. Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços, conforme nota explicativa nº 6. Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$43.996 estão classificados no ativo imobilizado, pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrou receita de R\$277.562 (R\$261.301 em 2010), composto por R\$14.967 (R\$12.396 em 2010) em construção (vide nota explicativa nº 6) e R\$265.076 (R\$248.905 em 2010) referente à prestação de serviços. A receita reconhecida com relação à construção em 2011 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta. **Reequilíbrio Quinquenal:** O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimento da concessionária. Em 13 de outubro de 2009, a Loga completou os primeiros cinco anos de operação e deu início ao processo de reequilíbrio tarifário quinquenal. Todos os estudos foram desenvolvidos pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FINE e Secretaria Municipal de Serviços. O trabalho está concluído aguardando que o Poder Concedente materialize o reequilíbrio estudado, analisado e concluído. A expectativa da Administração é que esse reequilíbrio ocorra no primeiro semestre de 2012. **2. Base de preparação: (a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16 de abril de 2012. **(b) Base de mensuração:** As

demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **(d) Estimativas contábeis:** A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, mensuração de instrumentos financeiros, provisão para contingência, provisão para fechamento e urbanização de aterros e provisão para custos a incorrer. As principais fontes de incerteza das estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos exercícios são como seguem: **Vida útil do ativo imobilizado e intangível:** A Companhia revisa a vida útil e valor residual estimados dos bens do imobilizado e intangível anualmente no final de cada período apresentado. **Provisões:** As provisões são reconhecidas contra passivo presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) possui obrigações presentes e prováveis que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que a Companhia racionalmente paga para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros nesse momento. **Provisão para contingências:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e civis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante. **Provisões para obrigações contratuais futuras:** Refere-se ao registro das obrigações contratuais futuras de acordo com as melhores expectativas da Administração com relação aos investimentos que deveriam ter sido realizados conforme contrato e são reconhecidos pela Administração até que o referido contrato seja repactuado, conforme nota explicativa nº 1. **3. Principais Políticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment):** A Companhia analisa periodicamente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é determinado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) derivado do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade considera, entre outras, as seguintes indicações: **Fontes externas de informação:** (i) durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu significativamente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; (ii) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; **Fontes internas de informação:** (i) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; (ii) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na extensão pela qual, ou na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado; (iii) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Quando o valor residual do ativo excede o valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (Impairment - deterioração). A análise do valor recuperável é realizada por unidade de negócio, que é a menor unidade geradora de caixa possível para identificação dos fluxos de caixa. Quando a perda por recuperação ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a

estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. **b. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos a vista, outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez prontamente convertíveis em caixa com, no máximo, de 90 dias da data de contratação. Esses

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2011	2010
<b>Receitas (1)</b> .....		323.181	303.725
Vendas de mercadorias, produtos e serviços.....	16	321.199	302.644
Outras receitas.....		1.982	1.081
<b>Insumos adquiridos de terceiros (2)</b> .....		147.290	145.212
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)			
Custos dos serviços prestados.....		127.431	130.671
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....		14.590	14.061
Comerciais, administrativas e contábeis.....		5.269	4.480
<b>Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)</b> .....		175.891	158.513
Depreciações e amortizações (4).....		11.687	7.555
Valor adicionado líquido.....		164.204	150.958
produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		3.640	3.754
<b>Valor adicionado recebido em transferência (6)</b> .....		20	3.640
Receitas financeiras.....	20	3.640	3.754
<b>Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)</b> .....		167.844	154.712
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		69.078	62.459
Pessoal.....		50.542	46.089
Remuneração direta.....		15.803	13.794
Benefícios.....		2.733	2.576
F.C.T.S.....		67.831	66.407
<b>Impostos, taxas e contribuições</b> .....		35.721	35.405
Federais.....		502	483
Estaduais.....		31.408	30.519
Municipais.....		9.646	4.276
<b>Remuneração de capital de terceiros</b> .....		5.083	2.423
Juros.....		4.563	1.853
Aluguéis.....		21.489	21.570
<b>Remuneração de capital próprio</b> .....		5.104	5.248
Dividendos.....		16.385	16.322
Lucros retidos.....		16.385	16.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

investimentos são mensurados a custo mais os rendimentos acumulados.

**c. Contas a receber:** Referem-se aos serviços prestados, até a data do balanço, em atendimento ao regime de competência. **d. Estoques:** São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. **i. Imobilizado:** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ao qual se refere ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Despesas ordinárias de manutenção são reconhecidas no resultado do exercício no período que são incorridas. O valor depreciável de um ativo é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança será contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o CPC 23. A vida útil é o período de tempo durante o qual a Companhia espera utilizar o ativo. As taxas de depreciação utilizadas para cada classe de ativos estão descritas na nota explicativa nº 8. Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são registrados em "Outros ganhos/perdas" operacionais, líquidas na demonstração do resultado. **f. Intangível:** Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Os direitos de uso de software são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela taxa de 20% ao ano. **Contratos de concessão:** Em 2010, o CPC emitiu o ICP 1, aplicável para os exercícios finidos a partir de 1º de janeiro de 2010. Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão: contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário; a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço; o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, atuando como agente econômico, e não como agente, em nome do concedente; o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência; o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador. A infraestrutura usada pela Companhia sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto no IFRIC 12, quando: o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; o concedente controla o nível de utilização, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão. Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo: um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização da infraestrutura, usufruto ou de outra forma. O concedente tem uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela planta garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado"). Conforme definido pelo ICP 1, a infraestrutura que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação não são reconhecidos como ativo imobilizado do concessionário. **• Receita de contratos de concessão:** A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os ganhos e perdas são mensurados pelo que se refere ao contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração. **• Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados a valor justo por meio do resultado. **b. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes quando o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **c. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento ou amortizados, investimentos mantidos até o vencimento ou amortizados, ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado pois a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam a consideração qualquer ganho ou dividendo, são reconhecidos no resultado do exercício. Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda, como aqueles gerados por investimentos na infraestrutura dos contratos de concessão. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente

na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tais obrigações com tratativas retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, d. Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos inicialmente a valor justo, líquido dos custos de transações, que, subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas quando incorridos. **e. Benefícios a empregados: • Previdência Privada:** Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições de uma previdência social. Um plano de previdência social é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas. **• Participação nos lucros:** A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) no balanço de encerramento de cada período de 12 meses. O objetivo é de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **f. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base no lucro real, determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, e provisionado segundo o regime de competência do exercício. Impostos ativos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais na extensão em que sua realização seja provável. Adicionalmente, é reconhecido o passivo de imposto de renda e contribuição social relacionado com o diferimento de lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela legislação do Imposto de Renda. **Reconhecimento das receitas:** As receitas referentes ao contrato de concessão com a Prefeitura do Município de São Paulo são reconhecidas com base no valor mensal fixo estabelecido em contrato. **h. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima da distribuição mínima obrigatória somente é provisionado na data que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, conforme nota explicativa nº 15. **i. Principais julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis:** No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração realizou diversos julgamentos de desempenho e de que envolvem estimativas (e estão descritos na nota explicativa 3.p) para definir o tratamento contábil mais apropriado para aplicar a certas transações. Quando o CPC e interpretações não trataram de assuntos específicos. Isto se aplica, particularmente, em relação ao reconhecimento de contratos de concessão (conforme descrito na nota explicativa 3.g). De acordo com CPC 26, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são apresentados separadamente nas Demonstrações Financeiras. Para a maioria das atividades da Companhia, a segregação entre circulante e não circulante é baseado no período esperado em que os ativos serão realizados e os passivos liquidados. Quando a expectativa de realização dos ativos e passivos é em um período de até 12 meses após a data de apresentação das Demonstrações Financeiras, eles são classificados como circulantes. Caso contrário, são classificados como não circulante. **j. Demonstração do resultado abrangente:** A Companhia apresenta a demonstração do resultado abrangente tendo em vista que não ocorreram no exercício alterações no patrimônio líquido resultantes de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. **k. Demonstrações dos fluxos de caixa:** A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais, usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de diferimentos ou aprovisionamentos da Companhia sobre o balanço patrimonial, com exceção dos itens de caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento. **l. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elabora, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas Demonstrações financeiras, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a apresenta como parte integrante das suas Demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada exercício. A DVA proporciona aos usuários das Demonstrações financeiras informações relativas à riqueza criada pela Companhia no respectivo exercício, bem como a forma pela qual tais riquezas foram distribuídas. A distribuição da riqueza criada é detalhada, da seguinte forma: a) pessoal e encargos; b) impostos, taxas e contribuições; c) remuneração de capitais de terceiros; d) remuneração de capitais próprios. **m. Novas normas e interpretações não adotadas:** Diversas normas de contabilidade e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas: **Novos Standards, amendments aos Standards** e interpretações são efetivos para os períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses **Novos Standards** tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 Financial Instruments, o qual é mandatório a partir de 1 de janeiro de 2015 e pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse standard antes da entrada em vigor de sua adoção obrigatória. **n. O CPC 26, que trata de concessões, não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.**

**4. Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. **a. Risco de mercado: • Risco de câmbio:** As principais operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **• Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de empréstimos e financiamentos. As captações são efetivadas com taxas de juros parâmetros e dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações em taxas de juros, aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida. **• Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados anualmente, com base na variação do IGP-M e em índices definidos pelo Poder Concedente, considerando a variação na demanda e no custo de produção, bem como a existência de programas de sistemas e serviços conexos e em eventuais estímulos à eficiência e à modernidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. **b. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições

de crédito a clientes públicos, incluindo contas a receber em aberto. **• Contrato de Concessão:** Como a Companhia administra contrato de concessão, a continuidade da sua operação depende da manutenção dos encargos e responsabilidades definidos no contrato. Por se tratar de serviços de interesse público, o Poder concedente tem o direito de rescindir o Contrato de concessão antes do término ou ainda não autorizar a sua renovação, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Ademais, considerando que a Companhia possui um único cliente (Prefeitura Municipal de São Paulo) e apresenta risco de não recebimento ou recebimento em atraso por parte desta municipalidade, podendo afetar a gestão do seu fluxo de caixa. **c. Risco de liquidez:** A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2011	Menos de 1 ano e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Empréstimos e financiamentos.....	14.668	13.336	16.714	10.230	54.948
Fornecedores e outras contas a pagar.....	38.690	-	-	-	38.690
Salários, benefícios e encargos.....	12.163	-	-	-	12.163
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	8.838	-	-	-	8.838
Passivo fiscal diferido.....	-	2.410	-	-	2.410
Obrigações contratuais.....	1.775	-	-	-	1.775
Dividendos a pagar.....	5.105	-	-	-	5.105
	<b>81.239</b>	<b>15.746</b>	<b>16.714</b>	<b>10.230</b>	<b>123.929</b>
Em 31 de dezembro de 2010	Menos de 1 ano e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Empréstimos e financiamentos.....	6.875	11.609	7.353	5.668	31.505
Fornecedores e outras contas a pagar.....	62.866	-	-	-	62.866
Salários, benefícios e encargos.....	11.709	-	-	-	11.709
Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	9.773	-	-	-	9.773
Passivo fiscal diferido.....	2.395	-	-	-	2.395
Obrigações contratuais.....	1.852	-	-	-	1.852
	<b>95.470</b>	<b>11.609</b>	<b>7.353</b>	<b>5.668</b>	<b>120.100</b>

**Gestão de Capital:** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade de suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital. A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão entre a dívida líquida pelo capital total. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de empréstimos e financiamentos (correspondente aos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, de acordo com as informações demonstradas no balanço patrimonial), subtraídas do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é representado pela soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser apresentados conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa.....	36.921	42.436
Total de empréstimos e financiamento.....	(54.948)	(31.505)
Capital próprio.....	(18.027)	10.931
Índice de alavancagem.....	42.252	41.903
Capital total.....	24.725	52.834
Índice de alavancagem ajustado.....	(0,74)	0,21

**Estimativa de valor justo:** Conforme o CPC 40, "Instrumentos Financeiros: Evidênciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. Adicionalmente, o IFRS 7 estabelece uma classificação hierárquica em três níveis para mensuração do valor justo, com as seguintes definições: **Nível 1** - Trata-se de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2** - Utilizam-se outras informações, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) não são disponíveis em mercados similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas por informações constatadas no mercado para substancialmente a integridade dos termos dos ativos e passivos. **Nível 3** - Inserções para ativos ou passivos que não são baseadas nos dados apresentados pelo mercado. Ou seja, as informações são indisponíveis, reflexo da baixa ou nenhuma atividade de mercado e que são relevantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

**5. Caixa e equivalentes de caixa:** São compostos com seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa.....	26	26
Bancos.....	932	387
Aplicações Financeiras.....	35.963	42.023
	<b>36.921</b>	<b>42.436</b>

Caixa e equivalente de caixa são, substancialmente, determinados na moeda real brasileira. As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada a variação do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. **6. Contas a receber de clientes e outros créditos:** As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas com seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Prefeitura Municipal de São Paulo: Nota.....	10.888	11.873
Valores faturados.....	10.888	11.873
Medição dos serviços prestados.....	26.859	26.499
Ativo financeiro (recebível da concessão).....	32.093	17.126

**Clientes Privados:**

Valores faturados - venda de sucata.....	2	38
Partes Relacionadas.....	14	52
Outras contas a receber.....	279	466
Total.....	<b>70.173</b>	<b>69.330</b>
Circulante.....	32.605	35.952
Não Circulante.....	<b>37.568</b>	<b>33.378</b>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima. O *aging list* das contas a receber é composta com segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Valores a vencer.....	32.093	17.132
Vencidos:		
Até 30 dias.....	5.473	16.177
Entre 31 e 60 dias.....	1	-
Entre 61 e 90 dias.....	-	65
Entre 181 e 360 dias.....	-	4
Acima de 360 dias (a).....	32.605	35.952
	<b>70.173</b>	<b>69.330</b>

(a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais prestados à Prefeitura de São Paulo, em sua grande maioria em 2007 e recebidos anteriores, no montante de R\$12.240 e ativo financeiro (recebível da concessão) cujo prazo de pagamento está sendo repactuado conforme nota explicativa nº 1. O ativo financeiro no montante de R\$32.093 (R\$17.126 em 2010) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos de forma linear ao longo da concessão. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 4.

**7. Ativos e passivos fiscais diferidos:** Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)											
		31/12/2011	31/12/2010	2014	2015	2016 em diante	...continuação		Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Diferenças temporárias:</b>											
Provisão para custos a incorrer		11.503	36.498		8.261	3.064					
Provisão para contingências		5.661	5.471		6.400	1.457					
Outras provisões		3.305	2.854		12.283	8.500					
		20.469	44.823		40.280	24.630					
Alíquotas - %		34%	34%								
Imposto de Renda e contribuição social diferidos - ativo		6.960	15.240								
Diferimento de lucro não realizado sobre contas a receber e outros créditos		7.089	7.043								
Alíquotas - %		34%	34%								
Imposto de Renda e contribuição social diferidos - passivo		2.410	2.395								
<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>											
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social		31/12/2011	31/12/2010								
Alíquotas - %		35,174	34,449								
Alíquotas - %		34%	34%								
		(11.959)	(11.713)								
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:											
Brindes e Multas Indevidas		(4)	(100)								
Provisão para gratificação, bônus e doações		(1.439)	(150)								
Outras diferenças permanentes		(283)	(916)								
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social efetivos		(13.685)	(12.879)								
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social		(5.389)	(6.908)								
Despesa de Imposto de Renda e contribuição social diferidos		(8.296)	(3.971)								
		(13.685)	(12.879)								
<b>8. Imobilizado:</b> O saldo é composto como segue:											
		31/12/2011	31/12/2010								
		Tx. Anual %	Depre- cição	Líquido	Líquido						
Máquinas e equipamentos	10%	1.987	(671)	1.316	1.254						
Veículos	20%	64.668	(20.672)	43.996	45.375						
Móveis, utensílios e outros		747	(356)	391	461						
Equipamentos de informática	20%	1.031	(708)	323	256						
		68.433	(22.407)	46.026	47.346						
<b>Garantia:</b> Em 31 de dezembro de 2011, veículos com valor contábil de R\$21.591 estão sujeitas a uma fiança registrada para garantir empréstimos bancários (veja nota explicativa nº 10). <b>Imobilizados em andamento:</b> Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2011, o principal ativo em construção refere-se à estação de transbordo, que está sendo registrada no ativo financeiro (recebível da concessão), conforme nota explicativa nº 6 considerando que a Companhia possui um direito de receber caixa do Poder Concedente pelos investimentos realizados na infraestrutura. As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:											
		31/12/2010	Aqui- saldo	Transfe- rência	31/12/2011						
<b>Custo:</b>											
Máquinas e equipamentos	1.762	294	(69)	-	1.987						
Veículos	78.016	9.928	(23.276)	-	64.668						
Móveis, utensílios e outros	806	24	(83)	-	747						
Equipamentos de informática	859	226	(154)	-	1.031						
	81.443	10.472	(23.482)	-	68.433						
<b>Depreciação:</b>											
Máquinas e equipamentos	(508)	(198)	35	-	(671)						
Veículos	(32.641)	(11.075)	23.044	-	(20.672)						
Móveis, utensílios e outros	(345)	(74)	63	-	(356)						
Equipamentos de informática	(603)	(157)	52	-	(708)						
	(34.097)	(11.504)	23.194	-	(22.407)						
Imobilizado, líquido	47.346	(1.032)	(288)	-	46.026						
		Aqui- saldo	Transfe- rência	2010	2011						
Máquinas e equipamentos	1.552	215	(3)	(2)	1.762						
Veículos	52.716	26.927	(1.626)	-	78.016						
Móveis, utensílios e outros	784	21	(1)	-	806						
Equipamentos de informática	737	125	(3)	-	859						
	55.789	27.288	(1.633)	-	81.444						
<b>Depreciação</b>											
Máquinas e equipamentos	(346)	(162)	1	-	(507)						
Veículos	(27.017)	(7.021)	1.395	-	(32.641)						
Móveis, utensílios e outros	(265)	(80)	-	-	(345)						
Equipamentos de informática	(445)	(160)	2	-	(603)						
	(28.073)	(7.423)	1.398	-	(34.098)						
Imobilizado, líquido	27.716	19.865	(235)	-	47.346						
<b>9. Fornecedores e outras contas a pagar</b>											
		Nota	31/12/2011	31/12/2010							
Fornecedores			26.090	49.672							
Partes relacionadas			14	12.600	13.194						
			38.690	62.866							
A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa nº 4.											
<b>10. Empréstimos e financiamentos:</b> Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 4. As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:											
		Modalidade	Juros	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010					
<b>FINAME</b>											
		3,40% a.a.									
		7,00% a.a.		De dez/2010 a out/2015	34.643	17.292					
<b>BNDES</b>											
		1,40% a.a.									
		2,40% a.a. + TJLP		De ago/2010 a dez/2021	20.305	14.213					
					54.948	31.505					
					14.669	6.875					
Circulante					40.280	24.630					
Não circulante					54.948	31.505					
Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:											
2012					-	6.724					
2013					13.336	4.885					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)											
		31/12/2011	31/12/2010	2014	2015	2016 em diante	...continuação		Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<b>Garantias:</b> Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$21.591 (veja nota explicativa nº 8). <b>Investimentos com o uso de financiamentos:</b> Durante o exercício de 2011, a Companhia registrou o financiamento de investimentos no montante de R\$35.153 (R\$14.385 em 2010). Este valor, na modalidade de financiamento do FINAME e BNDES, será aplicado na aquisição de equipamentos e infraestrutura do transbordo, conforme notas explicativas nº 6 e 8.											
<b>11. Salários, benefícios e encargos:</b> São compostos como segue:											
		31/12/2011	31/12/2010								
Salários		2.281	2.286								
Encargos trabalhistas		1.081	1.184								
Férias		6.107	6.127								
Participação nos resultados		2.694	2.032								
		12.163	11.709								
<b>Benefício de previdência privada:</b> Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multiparticipativo, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$260 (R\$218 em 2010), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado. <b>12. Impostos, taxas e contribuições a recolher:</b> São compostos como segue:											
		31/12/2011	31/12/2010								
ISS sobre serviço		1.177	1.791								
PIS sobre serviço		1.835	1.093								
COFINS sobre serviço		5.228	5.037								
Pis/COFINS/CSLL retidos		17	29								
IR Fonte		178	179								
IR e CS		-	751								
Outros		403	893								
		8.838	9.773								
<b>13. Provisões:</b> São compostos como segue:											
		31/12/2011	31/12/2010								
Contingências		1.372	1.259								
Obrigações contratuais		11.290	36.498								
Programa de concientização		911	604								
		13.563	38.361								
<b>a. Contingências:</b> A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2011, a provisão perfaz o montante de R\$1.372 (R\$1.259 em 2010), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2011, passivos de provisão, é como segue:											
		Cíveis	Trabalhistas	Total							
Saldo em 1/1/2010		671	988	1.659							
Adições		134	-	134							
Reversões		(84)	(410)	(494)							
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados		-	(40)	(40)							
<b>Saldo em 31/12/2010</b>		721	538	1.259							
Adições		662	398	1.060							
Reversões		(633)	(237)	(870)							
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados		-	(77)	(77)							
<b>Saldo em 31/12/2011</b>		750	622	1.372							
A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Sociedade classificou a probabilidade de ganho como possível o montante de R\$18.806. Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.											
<b>b. Obrigações contratuais futuras:</b> O saldo das obrigações contratuais a incorrer de 2011, no montante de R\$12.190 (R\$37.102 em 31 de dezembro de 2010), foi classificado no passivo não circulante em função da expectativa de execução de investimentos e de novos serviços, com base no contrato de concessão da LOGA repactuado em 2007.											
Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2011:											
		Saldo em 31 de dezembro de 2010		36.498							
		(-) Reversões de provisões		(25.218)							
		<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		11.280							
<b>c. Provisão de conscientização da população:</b> Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2011. Tal provisão refere-se à obrigação contratual de destinar 0,1% do faturamento a ações de conscientização da população.											
		Saldo em 31 de dezembro de 2010		604							
		(-) Constituição de provisões		307							
		<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>		911							
<b>14. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração:</b> Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$2.582 (R\$2.434 em 2010). <b>Outras transações com partes relacionadas:</b> Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao grupo Solvi, coligadas e controladas, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são demonstrados como segue:											
		Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)							
		31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		
<b>Operacionais:</b>											